

PROJETO NA ESCOLA: NEGROS, CRIMINALIDADE E EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL

Fabírcia Íris de Arruda ¹
Letícia Luana Dionísio da Silva Paiva ²
Francisco de Assis da Macena Júnior ³

INTRODUÇÃO

A escola é um lugar de interação das relações pessoais de diferentes níveis socioeconômicos, costumes crenças e valores, dentro desse ambiente escolar que são trabalhadas e refletidas as regras de convivência em sociedade, como também, compreender o universo plural de nossa história, para assim, construirmos a nossa identidade com suas diversidades.

Para tanto, a pesquisa esteia a necessidade de compreender atualmente a criminalidade ligada ao negro do nosso país e reconhecer a história do Brasil, nesse contexto de diferenças, discriminação, anulação de seus direitos. Desta forma, podemos entender a exclusão de pobres, negros, jovens que estão a mercê da marginalização, compreendendo também, algumas inquietações que conduziram a construção do projeto “Negros: criminalidade e exclusão social no Brasil”, desenvolvido através de metodologias interdisciplinares, como palestras, pesquisas, reavivamento de identidades ilustres negras, sarau poético e garantia dos direitos humanos em nossa sociedade.

Uma das maiores preocupações de nossa sociedade, ao lado do desemprego, é o alto índice de violência e da criminalidade. Segundo Cerqueira et al. (2005), apontam duas conclusões sobre a criminalidade no Brasil: a primeira é a de que a exclusão e a desigualdade socioeconômicas explicam grande parte dos homicídios: são o combustível da criminalidade; e a segunda conclusão é a de que a alocação de recursos tem apresentado resultados pífios.

¹ Mestrando em Formação de Professores (PPGFP) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) arrudafabricia4@gmail.com

² Mestranda em Formação de Professores (PPGFP) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), leludionisio@gmail.com

³ Mestrando em Formação de Professores (PPGFP) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), junior.com-jesus@hotmail.com

MATERIAIS E MÉTODOS

O projeto foi desenvolvido na Escola Estadual de Ensino fundamental e Médio Professor Antônio Oliveira, Campina Grande, Paraíba no ano de 2019, com alunos do 2º ano, com o público de 29 alunos. Como parte das estratégias metodológicas necessárias à execução do projeto, apresenta-se a seguir uma série de atividades colaborativas, referentes ao conteúdo trabalhados. Com uma proposta de um trabalho qualitativo os alunos pesquisaram, leram artigos, livros, fizeram cartazes, apresentaram as temáticas em slides, participaram de palestras, construíram folders mostrando a situação da criminalidade do nosso país, além de reavivar a cultura afro-brasileiro através de autores e um sarau poético sobre a cultura negra, expondo caricaturas que constroem a literatura negra no Brasil.

A escola é por excelência lugar de diversidade, mudar mentalidades, ultrapassar o preconceito e combater atitudes discriminatórias são finalidades que envolvem lidar com valores de reconhecimento e respeito mútuo, o que é tarefa para a sociedade como um todo. A escola tem papel crucial a desempenhar nesse processo, porque é o espaço em que pode se dar a convivência entre crianças de origens e nível socioeconômico diferentes, com costumes e dogmas religiosos diferentes daqueles que cada um conhece, com visões de mundo diversas daquela que compartilha em família (Brasil, 1997, p. 21).

REFERENCIAL TEÓRICO

A História da humanidade é pautada de relações entre diferentes grupos humanos que, se organizaram a partir de diferentes manifestações e formas de organização social. Compreender este universo e retratar as suas diversidades é entender o que podemos definir como cultura, como também resgatar as influências que marcaram a existência de nossa sociedade. É a própria história da humanidade, o dominante e/ou dominado, o certo e o errado, é como se existisse uma verdade única, central e, a partir daí são definidos os critérios de superioridade em relação ao outro.

O Brasil, em função do processo de aculturação sofrido por indígenas e negros pelo povo europeu sabe muito bem o que é o “etnocentrismo”, destacados em duas faces do etnocentrismo, que são o etnocídio e o genocídio. O etnocídio visa mudar as culturas

dos povos e podemos entendê-lo conhecendo o processo de aculturação indígena e africana, o qual matou seus modos de vida, seus costumes e suas crenças. Já o genocídio promove a morte de pessoas, extermínio de uma minoria racial, também presenciada no nosso país com os indígenas.

É um processo perverso que precisa ser erradicado, como bem coloca os PCNs - Pluralidade, Cultura e Orientação Sexual, (2001, p. 23): “Mudar a mentalidade, superar preconceitos e combater atitudes discriminatórias são finalidades que envolvem lidar com valores de reconhecimento e respeito mútuo, o que é tarefa para sociedade como um todo”. Uma educação pautada no pluralismo cultural é uma educação voltada para a prática democrática e cidadã. O conhecimento da cultura afro-brasileira supõe que o aluno adquira conhecimento e respeite esse grupo social.

Sem dúvida é a escola como parte integrante da sociedade e como um lugar de interação das relações pessoais de diferentes níveis socioeconômicos, costumes crenças, valores deve trabalhar e refletir as regras para a convivência em sociedade para compreender o universo plural da história e assim construir a identidade de homens e mulheres com suas diversidades, uma vez que esta pode ser entendida como um fenômeno que atravessa o tempo e o espaço e se torna uma questão cada vez mais seria quanto mais complexa vão se tornando as sociedades, conforme explicita Gomes (2008). Já para os Parâmetros Curriculares Nacionais - Pluralidade Cultural (2001) a coexistência da ampla diversidade étnica, linguística e religiosa em solo brasileiro coloca a possibilidade da pluralidade de alternativas.

Assim o princípio de liberdade se afirmar nas possibilidades múltiplas de cada um, na polissemia subjetiva que permite a escolha e encontros. Construir práticas na sala de aula que permeiam a riqueza de nossa identidade e da diversidade cultural é superar as ambiguidades presentes no discurso sobre a diversidade cultural em várias ações pedagógicas, muitas vezes estereotipadas, defendida por Gomes (2008) como um apelo romântico do final do século XX e início do século XXI.

Hoje se busca o respeito a grupos humanos, destacando politicamente o respeito as suas singularidades, mas que sejam tratadas de forma iguais, desmitificando a ideia de superioridade ou inferioridade entre essas diferenças socialmente construídas na construção do povo brasileiro. Para isto, cabe à escola realizar práticas significantes, ou seja, é por meio das experiências curriculares que podemos expressar diferentes significados sobre os grupos social e político, na medida em que eles podem atender tanto

as classes dominantes no sentido de alienação de algumas verdades, como também despertar criticamente a construção de identidades dos alunos.

Do mesmo modo, para Candau e Cordeiro (2008, p. 31) “elaborar currículos culturalmente orientados demanda uma *nova postura* (grifo dos autores) por parte da comunidade, de aberturas às distintas manifestações culturais” e é necessário superar o que chamam de “Daltonismo Cultural”, que seria o professor que não valoriza o “arco-íris de cultura”, é aquele que vê todos os alunos idênticos.

A realidade negativa existe na escola atual, nas práticas docentes que ainda expressam estereótipos para definir a cultura. Só a nova postura defendida pelos autores acima citados é que podemos desconstruir e desnaturalizar “verdades” impostas sobre a cultura e romper paradigmas vivenciados em nossa realidade, sobretudo a escolar.

Proporcionar aos alunos a permanência na escola, provendo-lhes uma sólida e duradoura formação científica e cultural é dever da escola e precisamente do poder público. Quando os alunos se apropriam dos conhecimentos sistematizados às disciplinas do currículo, os mesmos vão ampliando sua compreensão de natureza e sociedade, adquirindo modos de ação e formando convicções que os levam a agir de maneira correta frente aos problemas que os cercam.

A escolarização tem, portanto, uma finalidade muito prática. Ao adquirirem um entendimento crítico da realidade através do estudo das matérias escolares e domínio dos métodos pelos quais desenvolvem suas capacidades cognitivas e formam habilidades para elaborar independentemente os conhecimentos, os alunos podem expressar de forma elaborada os conhecimentos que correspondem aos interesses majoritários da sociedade e inserir-se ativamente nas lutas sociais (LIBÂNEO, 1994, p. 35).

O ensino de Geografia busca medir o diálogo dos alunos com sua realidade, esse tema por ser envolvente desperta o interesse dos alunos, aborda reflexões do dia a dia; manter a curiosidade dos alunos deve ser sempre a primeira tarefa da escola e um desafio constante. De acordo com o artigo 32 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), o Ensino Fundamental tem como objetivo, entre outros, a formação básica do cidadão, mediante:

[...] II. A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
III. O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
IV. O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (BRASIL, 1996).

A partir de estudos feitos na sala de aula e informações nos meios digitais sobre problemas sociais no Brasil, foi constatado que o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à

Violência e Desigualdade Racial apontam que um jovem negro tem 13 vezes mais chances de ser vítima de homicídio do que um jovem branco na Paraíba. Esse é o maior índice de todo o País e diante deste fato foi criada uma CPI no Estado com o objetivo de apresentar um Plano Nacional de Enfrentamento a Homicídios e Violações de Direitos de Jovens Negros e Pobres onde definiram ações e metas que possam ser acompanhadas de dez em dez anos e fiscalizados pela sociedade civil.

A partir da Lei 10.639/ 2003 e a Lei 11.645/2008 que determinou a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de Ensino Fundamental e Médio no Brasil essa temática passou a ser discutida com mais relevância nos currículos das escolas e passou também a ser contextualizada com os problemas atuais que permeiam nossa sociedade. Diante dessas situações temos que compreender a história da humanidade, em que permeiam o dominante e o dominado, o certo e o errado, é como se existisse uma verdade única, central e a partir daí são definidos os critérios de superioridade em relação ao outro.

Refletir sobre o nosso país como também os seus problemas sociais é romper paradigmas e compreender a evolução de um processo histórico que reflete em nossa atualidade. Um trabalho consciente e alunos conscientes para cidadania é resultado de uma prática de atividades em sala envolvendo os alunos como sujeitos ativos de uma aprendizagem significativa tornando-os capazes de serem cidadãos críticos e modificadores de nossa realidade.

Desta forma é importante levar os alunos a entenderem sobre um olhar geográfico que o ensino de história ficou engessado durante quase todo o século XX por ensinar fatos históricos, símbolos nacionalistas, memorização de textos. A História tradicional tinha como fundamento o positivismo e todas as pesquisas historiográficas valorizavam as ações dos grupos sociais que estavam no poder e dominassem o Estado e assim podiam centralizar o poder em relações as classes inferiores.

Gradativamente, algumas propostas curriculares vêm ganhando influências de várias tendências historiográficas, muitos historiadores buscaram novas temáticas nas quais permeavam à história social, cultural e do cotidiano, revendo algumas abordagens antes vista como tradicional. E assim a disciplina de História passou a interagir cada vez mais com outras ciências. De acordo com os PCNs (2001, p. 24),

[...] paralelamente às análises historiográficas, ocorreram novos estudos no âmbito das ciências pedagógicas, especialmente no campo da psicologia cognitiva e social. Difundiam-se estudos sobre o processo de ensino e

aprendizagem nas quais os alunos eram considerados como participantes ativos do processo de construção do conhecimento. Uma perspectiva que para o ensino de História, significava valorizar atitudes ativas do sujeito como construtor de sua história, em consonância com a visão de alguns educadores sobre propostas pedagógicas construtivas.

A partir desse contexto tornou-se de extrema importância em sala de aula os alunos participarem de forma ativa, interagindo com os conhecimentos que já tem de sua realidade e assim romper com a ideia de que não são sujeitos da história do seu cotidiano. De acordo com Hipolide (2009, p. 37).

Desde o nascimento, a criança vive em determinado meio social está inserida na família, vive em uma rua, em um bairro, em determinada cidade e frequenta uma escola onde convive com colegas e professores, faz parte de grupos de amigos, de parentes. Esse é o aspecto social da vida da criança. O aspecto econômico torna-se visível quando se verifica que em todos esses espaços estão presentes maneiras de produzir e distribuir riquezas nas quais a criança se mantém envolvida direta ou indiretamente. A política, por sua vez, destaca-se ao entender que ela vive num Estado constituído e tem seus direitos garantidos por uma Constituição: direito à vida, à moradia, à alimentação, à educação, ao lazer etc. E em todas as suas vivências, essa criança amplia sua bagagem cultural.

Segundo a referida autora de maneira geral, pode se reconhecer a criança como um sujeito histórico, com possibilidade de inter-relacionar-se com outras famílias, no bairro, na escola, conhecer o passado, valorizar sua realidade e instigar a criticidade de conceitos abstratos como a política, a cultura, a economia e assim tornar esses conceitos em fatos concretos.

As diferenças culturais, uns dos temas defendidos nos Parâmetros com a temática Pluralidade Cultural tem também como finalidade a valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos e que passaram a ser garantidos pela Lei nº 10.639/2003, regulamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Art. 26, estabelecendo a obrigatoriedade o ensino da cultura e história afro-brasileiras.

Nesse estudo privilegamos a cultura africana dos negros no Brasil e sua contribuição em nossa sociedade, os livros didáticos também devem seguir o que defendem os PCNs e a LDB. Logo ele deve abranger de forma clara as diversidades culturais, a cultura africana para que possam ser adotados nos componentes curriculares, tendo o cuidado de não priorizar-lo absolutamente, conforme alertam Martins e Escanhuela (2009, p. 85):

O livro didático tem sido, ao logo das últimas décadas, a principal referência dos professores e dos alunos para desenvolver atividades de ensino e aprendizagem. Não pretendemos desconsiderar a sua importância, mas sua

utilização deve ter como pressuposto a necessidade de ampliar as experiências da criança. Ao escolhermos um livro didático, precisamos ter muito claro o que queremos com ele.

É importante lembrar, como chama atenção os autores que, ao selecionarmos determinadas referências bibliográficas, estamos fazendo escolhas, quase sempre, relacionadas às concepções e posições políticas dos autores, como, a exemplo, dos direitos humanos, que nem sempre retratam à luta de grupos sociais que foram vítimas da dominação e tiveram seus direitos limitados e até desrespeitados.

Enfim, cabe aos educadores proporcionarem aos alunos oportunidade para interagir sobre as relações estabelecidas entre o presente, passado, o local, o regional, o nacional e mundial, inseridas no contexto das novas tecnologias, para assim adquirirem a capacidade de realizar análises, inferências e interpretações acerca da sociedade atual, além de se ver como sujeito histórico, resgatando nos sonhos, nas lutas, nas batalhas da vida cotidiana o presente e o passado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através das atividades desenvolvidas foram feitas reflexões sobre os jovens em nossa sociedade; a compreensão de discussões sobre a nossa cultura e formação do povo brasileiro, além da valorização de autores negros no nosso país. Desta forma, foram construídos valores e desmistificados ideias agregados na nossa história sobre a cultura europeia, além da reconstrução de valores importantes na construção ética, política e social no conhecimento dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término do projeto os alunos puderam não somente conhecer a história do nosso país, mas também, levar a uma reflexão sobre as bases que fomentam as desigualdades sociais diante os negros, a segregação camuflada da parcela pobre e marginalizada. Além de compreenderem os reflexos de uma história e perceberem que fazem parte dessa história.

Palavras-chave: Criminalidade, negros, Lei 10.639/ 2003, jovens.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais – História e Geografia.** Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W.; CARVALHO, A.X. de. 2005. **O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil.** Texto para Discussão nº 1144. Rio de Janeiro, IPEA, 40 p.

CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia.** En: Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. Año 1, no. 1 (jun. 2008-). Buenos Aires: CLACSO, 2008, ISSN 1999-8104.

LE MOS, Ana Cristina. **África em Cores: Sociedade afro brasileira.** Brasília: HTC, 2011.